



Importância da cultura no debate político

Candidatos apresentam proposta para o setor que ajuda a fomentar a transformação social e econômica. Ações muitas vezes relegadas ao segundo plano por governos anteriores. Especialistas cobram mais atenção a esse segmento

» LETÍCIA MOUHAMAD
» MILA FERREIRA

O **Correio** perguntou aos concorrentes ao Palácio do Buriti quais são suas propostas para fortalecer a cultura no Distrito Federal, tanto em termos de promoção da cidadania quanto em relação ao fomento da economia criativa, pois é um direito fundamental do cidadão. Entre as iniciativas estão o reforço do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), reformas em teatros e museus, democratização do acesso ao segmento nas regiões administrativas e a destinação de uma parte maior do orçamento a esse setor.

A governadora e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), aponta a descentralização dos equipamentos públicos e o fortalecimento do mercado de trabalho do setor como eixos centrais de sua proposta. “Cultura, para mim, é identidade. É o que dá alma à nossa cidade. Por isso, estamos levando e vamos intensificar as políticas culturais para todas as regiões do DF, fortalecendo o FAC e nossas bibliotecas, e vou entregar o Teatro Nacional Claudio Santoro totalmente reformado para a população que tanto ama esse espaço”, afirma.

Celina projeta ações para dinamizar a economia criativa na área central da capital. “Também quero abrir mais portas para quem vive de arte: crédito, formalização e oportunidades reais para artistas e produtores, com a economia criativa ganhando um novo polo no Setor Comercial Sul”, acrescenta.

Ex-governador e candidato pelo PSD, José Roberto Arruda pauta suas propostas na reestruturação da gestão do fomento e no resgate do patrimônio arquitetônico e histórico do DF. “O Fundo de Apoio à Cultura do DF, criado em meu governo, deve ser melhor gerido para

voltar a ser garantia para artistas e agentes culturais de que seus projetos sairão do papel. A classe artística de Brasília está renegada, mas nós vamos mudar essa realidade”, ressalta.

Arruda afirma que o Festival de Cinema de Brasília terá prioridade em sua gestão e prometeu a conclusão das obras do Teatro Nacional, a reforma do Museu de Arte de Brasília (MAB) e do Panteão da República, além da requalificação do Complexo Cultural Clube do Choro, com a criação de seu Centro de Memória e Pesquisa.

Leandro Grass, candidato pelo PT, foca na criação de equipamentos descentralizados nas regiões administrativas, na desburocratização de recursos e no resgate da memória da capital. “Espaço cultural público em toda região administrativa — o pedido mais consensual da escuta popular —, com oficina, biblioteca e show perto de quem hoje cruza a cidade atrás de cultura. Fundo próprio de fomento, estável e desburocratizado, para o artista viver do seu trabalho”, destaca.

O candidato propõe uma estrutura dedicada à preservação do patrimônio, com o desenvolvimento da Fundação do Patrimônio Cultural do DF, “que eu vou criar com a experiência de quem dirigiu o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)”, pontua, e com o fomento da economia criativa como motor de emprego. “Brasília é Cidade Criativa do Design da Unesco, com força no audiovisual, na música e na gastronomia. Cultura, para mim, é bem-estar da comunidade e é renda para quem produz.”

Geração de renda

A consolidação da cultura como ferramenta de desenvolvimento social e oportunidade para os

jovens é o foco da candidata Paula Belmonte (PSDB), que defende a simplificação dos mecanismos de incentivo. “Quero fazer da cultura uma política de qualidade de vida e de desenvolvimento econômico. Vou valorizar os artistas e produtores locais, fortalecer os espaços culturais e ampliar o acesso à cultura em todas as regiões do DF, com atenção especial às nossas crianças e jovens”, ressalta.

Paula apontou o potencial da produção local para a geração de renda, com o fortalecimento da economia criativa, acesso simplificado ao fomento e condições para que cultura, audiovisual, música, artesanato e outros setores criativos gerem emprego, renda e oportunidades. “Brasília tem talento e diversidade para ser também uma potência da economia criativa”, diz.

Com foco no incremento financeiro direto, Kiko Caputo (Novo) propõe medidas para ampliação do orçamento e a transformação dos equipamentos culturais



em centros de formação nas regiões administrativas. O candidato defende aumentar o repasse constitucional ao FAC dos atuais 0,3% para 0,5% da receita líquida, além de democratizar o acesso ao segmento, garantindo uma programação permanente

com festivais, feiras e circuitos culturais em todas as cidades.

“A economia criativa será estimulada em áreas, como audiovisual, música, teatro, design, moda, artesanato e games, integrada ao turismo, à inovação e ao desenvolvimento

econômico para gerar emprego e renda”, detalha o candidato do Novo.

A descentralização orçamentária e a valorização das identidades culturais nas periferias orientam o projeto de Ricardo Cappelli (PSB), que critica a concentração de eventos na área central de Brasília. “Eu vou construir, na Ceilândia, o Centro de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga. Vai ser um grande centro cultural permanente, valorizando a cultura nordestina, que está muito presente naquela região”, afirma.

Cappelli defende a destinação de verbas específicas diretamente para as cidades, a fim de fortalecer centros culturais locais. “Não é razoável que as pessoas tenham que vir todos os dias para o Plano trabalhar e, nos finais de semana, para ter acesso à cultura, tenham que vir novamente para cá. Nós temos que descentralizar, somando ao desenvolvimento da economia criativa fomentado nas cidades”.

O Estado precisa ser cobrado

A professora de gestão de políticas públicas da Universidade de Brasília (UnB) e líder do grupo de pesquisa Corpo, cultura e políticas públicas, Ana Paula Antunes Martins, explica que a cultura não se resume ao lazer ou ao consumo, mas atua como um pilar de transformação social e política.

“É fundamental frisar que nem toda política cultural é política de entretenimento. A cultura precisa ser pensada como um direito fundamental para a participação ativa na esfera pública, pois é a partir dela que as sociedades pensam e repensam seus conflitos emocionais, coletivos e identitários, construindo significados para as pessoas e para a coletividade”, analisa a especialista.

Ao avaliar o papel do Estado na condução das políticas públicas do setor, a pesquisadora aponta para a necessidade de afastar a lógica puramente mercantil na distribuição de recursos e na ocupação dos espaços. “Embora a iniciativa privada e o mer-

cado desempenhem papéis importantes na governança, o Estado é o ator-chave para propor e validar junto à população projetos que priorizem a formação cidadã. Isso exige superar a visão de que a cultura está diretamente ligada ao lucro imediato e ao entretenimento comercial, garantindo espaço e fomento para a pluralidade de grupos historicamente vulnerabilizados e marginalizados na produção e no acesso cultural”, destaca a professora da UnB.

Ana Paula ressalta que o investimento público no setor atua como vetor direto de combate às desigualdades regionais e de dinamização da economia criativa. “Na prática, isso se traduz na priorização do financiamento a pequenos produtores, na descentralização e criação de novos equipamentos públicos — como teatros, cinemas e bibliotecas — e no apoio a festivais regionais que valorizem a cultura local em sua dimensão transgeracional”, avalia a pesquisadora.

Desvalorização

Cientista política pela UnB, Teresa Starling acredita que há uma desvalorização da cultura que vai além da política. “Claro que existe uma dimensão política, porque as decisões sobre financiamento, políticas culturais e investimento público são políticas, mas acho que o problema é muito mais sociológico e até antropológico. Existe uma ideia de que algumas áreas são mais ‘úteis’, mais objetivas, enquanto outras seriam secundárias ou até supérfluas. E isso acaba se refletindo na forma como a própria sociedade enxerga a cultura”, observa.

Segundo Teresa, após um período de polarização, a cultura passou a ser associada, em determinados discursos, a uma pauta de esquerda e de militância. “Isso é uma visão muito limitada. Todos os espectros políticos produzem e consomem cultura, porque esta pauta não é exclusivamente ideológica. Está presente na música, no cinema, na literatura, nas festas populares, na religião, nos costumes,

na forma como as pessoas vivem e se relacionam”, comenta.

Analista política da BMJ consultoria, Raquel Alves enxerga uma compreensão limitada quanto ao papel da cultura no desenvolvimento da sociedade. “Essa visão, comum a muitos políticos, entende a cultura como agenda secundária, como entretenimento, e não como direito fundamental garantido pelo Artigo 215 da Constituição Federal. Acho que respostas vagas dadas pelos candidatos sinalizam pouca escuta ativa, pouco diálogo com os agentes culturais”, analisa.

Econômico e social

Economista e coordenador do curso de ciências econômicas do Iesb, Riezo Almeida destaca que a economia criativa fomenta diversos pequenos negócios em várias regiões do DF. “A criatividade em gastronomia e audiovisual, por exemplo, traz uma autonomia local que antes dependia da administração pública para fomentar fontes de renda para a população”, afirmou.

Os novos modelos de negócios criativos, segundo Almeida, demandam mais tecnologia e menos recursos naturais, posicionando Brasília como um polo moderno de criatividade. “A oferta e demanda de serviços é totalmente impactada na capital pela economia criativa, por exemplo, pela proximidade com as embaixadas”, cita. Como exemplo, ele mencionou os festivais de cinema e as produtoras locais de audiovisual, que criam conteúdo original para abastecer diretamente grandes plataformas de streaming globais.

César Berço, economista e professor da UnB, ressalta que a economia criativa abrange arte, cultura, música, teatro, audiovisual, moda, publicidade, gastronomia, turismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação. “A economia criativa ajuda no desenvolvimento regional. Notamos uma expansão dos serviços criativos digitais, como software de jogos eletrônicos e arquitetura, que acabam sendo uma commodity internacional”, comenta.

Ao **Correio**, o ex-ministro da Cultura do Brasil e professor do cur-

so de pós-graduação em direito do entretenimento da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Sérgio Sá Leitão, reforça a relevância da cultura e da economia criativa para a economia do país. “Além do ganho econômico, há o social, pois são atividades que qualificam o capital humano e reforçam a autoestima, o senso de pertencimento e o convívio saudável”, explica.

Atividades culturais e criativas são, segundo ele, uma vocação dos brasileiros e constituem um dos campos mais dinâmicos da economia em termos de geração de renda, emprego e desenvolvimento. “Um aspecto vital é a conexão com outras atividades, como o turismo e a educação”. Segundo ele, os governos estaduais podem exercer um papel central no estímulo às atividades culturais e criativas que melhor representem suas regiões, “seja por meio de políticas de fomento direto e indireto, seja por meio de planejamento e capacitação de trabalhadores e empreendedores”, completa.